

# A crítica ausente: a questão urbana na primeira onda do anarquismo\*

Manoel Nascimento†

28 de agosto de 2014

## Resumo

Tendo como ponto de partida a leitura e contextualização histórica de obras de Piotr Kropotkin (1842-1921) e Elisée Reclus (1830-1905), este artigo pretende sistematizar e avaliar as contribuições destes anarquistas para a arquitetura e o urbanismo, numa tentativa de resgatar para um público mais amplo ? a quem o anarquismo tem sido frequentemente apresentado como sinônimo de ?vandalismo? e ?destruição? ? a diversidade de ideias e práticas anarquistas nestes setores e apontar nesta tradição do pensamento arquitetônico e urbanístico vislumbres e ideias aptas a serem empregues no enfrentamento a problemas urbanos atuais.

**Palavras-chave:** anarquismo, questão urbana, pensamento crítico, Piotr Kropotkin, Elisée Reclus, lutas sociais urbanas, luta por moradia, rede urbana, movimentos sociais, burocratização.

## 1 Introdução

Este artigo de revisão pretende destacar, no campo do pensamento anarquista, algumas reflexões e propostas pioneiras sobre a questão urbana, infelizmente pouco conhecidas fora de certos meios militantes (e mesmo dentro deles); além de precursoras, permanecem de grande utilidade não apenas no debate teórico sobre cidades, como também na prática de movimentos sociais urbanos na luta pela construção de cidades mais justas e igualitárias

Para isto, a *primeira seção* apresentará o problema da ocultação das práticas e saberes anarquistas, em especial no campo do debate sobre cidades. A *segunda seção*

---

\*Artigo final da disciplina *ARQ503 - Teorias da cidade*, do curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Versão final.

†Advogado da Equipe Urbana do *Centro de Estudos e Ação Social* (CEAS). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: [manoel.nascimento@ufba.br](mailto:manoel.nascimento@ufba.br)

apresentará as contribuições de *Piotr Kropotkin (1842-1921)* e de *Élisée Reclus (1830-1905)* sobre questão urbana. A *terceira e última seção* tentará, a partir destas breves exposições, fazer-lhes o balanço, recuperar-lhes a atualidade e discutir a operacionalidade das propostas.

Para que este artigo sirva como introdução a tais questões, será necessário – infelizmente – fazer cortes que não permitirão discutir outras contribuições relevantes à reflexão sobre a questão urbana surgidas no campo do anarquismo. Embora historicamente relevantes e representativos de práticas sociais complexas, tais assuntos demandam tanto esforço de pesquisa e interpretação histórica que não caberiam num artigo de revisão<sup>1</sup>; além disso, a primazia histórica de Kropotkin e Reclus, tal como sua relevância enquanto dois dos “fundadores” do movimento anarquista, faz com que boa parte das propostas posteriores dos anarquistas a respeito da questão urbana leve em conta um ou outro aspecto de seu pensamento e ação. A exposição e debate destas outras contribuições relevantes poderá ser feita em outras oportunidades.

## 2 Anarquismo e “pensamento crítico”, ou repercussões acadêmicas de uma antiga disputa política

Em entrevista recente, David Harvey falou de algo que pode surpreender um leitor desavisado:

A tradição radical na geografia é anarquista. Kropotkin foi geógrafo. Uma das minhas personagens favoritas na história da geografia é Elisée Reclus, que lutou na Comuna de Paris e era próximo a pessoas como Bakunin e Kropotkin. Então sou fortemente associado a esta tradição. E, é claro, no lado urbano, a tradição da análise urbana e planejamento urbano tem sido bastante influenciada pelos anarquistas, enquanto os marxistas não tomaram notícia do assunto. Então temos pessoas como Lewis Mumford e Murray Bookchin que seguem falando sobre formas urbanas de organização. Sou muito simpático a isso, sempre fui. Mas antes de 1872 e da rixa entre Bakunin e Marx, a distinção entre marxistas e anarquistas em muitas questões não era tão grande. Se você se interessa por questões urbanas ou ambientais, termina tendo que se afastar um pouco dos marxistas fundamentalistas e vai parar num tipo peculiar de espaço entre os dois. Minha experiência com os anarquistas me diz que eles realmente vêm com bons olhos a análise de Marx sobre o funcionamento do capital. Como muito do meu trabalho tem sido a elucidação de como Marx entendeu que uma economia capitalista funciona, acho que isso tem

---

<sup>1</sup> Podemos listar algumas, a título de curiosidade: as ideias sobre planejamento da habitação, do transporte e da economia local embutidas na organização conselheira proposta por Diego Abbad de Santillán (SANTILLÁN, 1980, pp. 108-114, 144-148, 176-179); as ideias de José Oiticica sobre a *federação e confederação de comunas e municípios*, assim como seu minucioso detalhamento sobre o *funcionamento interno das comunas* (OITICICA, 1976, p. 89-114); a criação e desenvolvimento de *colônias anarquistas* como a Colônia Cecília, fundada em 1890 em Palmeira, no Paraná, por um grupo de anarquistas italianos inspirados e coordenados por Giovanni Rossi (MELLO-NETO, 1998, passim); a densa crítica de Paul e Percival Goodman a todas as escolas do planejamento urbano vigentes até a década de 1940, e sua proposta, de matriz kropotkiniana, de *reorganização da cidade de Nova Iorque* em bases comunitárias e autogestionárias, antecessora em pelo menos duas décadas das reflexões, críticas e propostas de Jane Jacobs (GOODMAN; GOODMAN, 1960); a *autogestão da arquitetura e do planejamento urbano* proposta por Colin Ward na Inglaterra (WARD, 1973, 1990, 1996); e o *municipalismo libertário* de Murray Bookchin (BOOKCHIN, 1999), influência direta sobre o geógrafo e planejador urbano Marcelo Lopes de Souza.

bom trânsito entre anarquistas, porque não é visto como dogmaticamente anti-anarquista. Então, estou neste tipo de mundo. (MAHON, 2014)

A longa citação se justifica: mostra como um dos mais referenciados geógrafos da atualidade a tratar da questão urbana vai encontrar respostas na tradição anarquista para questões a que o marxismo – tradição militante em que ele é especialista – não oferece respostas imediatas. Traz também uma informação importante: há uma tradição radical na análise urbana e no planejamento urbano que deriva diretamente do pensamento e da ação de anarquistas. Mesmo o equívoco historiográfico de encontrar um campo comum entre anarquistas e marxistas anteriormente à cisão entre Bakunin e Marx<sup>2</sup> é sintomático: apesar do reconhecimento da importância da tradição anarquista no campo do pensamento sobre os problemas urbanos, a história do anarquismo é tão pouco conhecida nos meios acadêmicos que se presta a este tipo de equívocos. Não é raro, inclusive, que autores com trânsito em certos cursos universitários tenham suas ligações com o anarquismo soterradas

<sup>2</sup> Ao contrário do que afirma David Harvey, muito antes do cisma entre *Karl Marx* e *Mikhail Bakunin*, o primeiro já havia construído – nem sempre pelos melhores meios – um abismo entre ele e aqueles que posteriormente vieram a ser chamados de *anarquistas*. A questão pede uma longa, porém necessária, nota explicativa. Uma das características do pensamento de Marx é a polêmica contra aqueles de quem aproveita conceitos e ideias, polêmica que costumeiramente desbordava em calúnia e distorção dos argumentos do outro – para assim melhor se dissociar da pessoa atacada enquanto se aproveitava dos conceitos e categorias que ela havia produzido (MENEZES, 1966, p. 43). Entre 1844 e 1846, escreveu junto com Friedrich Engels um longo ataque a filósofos alemães situados politicamente no campo do liberalismo radical de esquerda (como os próprios Marx e Engels quando moços), chamados *jovens hegelianos*. (Cf. uma excelente leitura desta polêmica em SOUZA, 1992). Neste ataque, feito através dos livros **A sagrada família** (ENGELS; MARX, 2005) e **A ideologia alemã** (ENGELS; MARX, 2007), apesar de a crítica a Feuerbach ser a mais conhecida, é contra o proto-anarquista *Max Stirner* e seu livro **O único e sua propriedade** (STIRNER, 2004) que Marx e Engels investem com maior peso; não bastasse o capítulo “São Max” de **A ideologia alemã** ser maior que o próprio livro que critica, trata-se de “uma catilinária forçada e mesmo grosseira, não somente cheia de adjetivações mas também – e o que é mais importante – envolvendo ocultamentos e distorções” (SOUZA, 1993, p. 186), através da qual Marx se viu “obrigado a envolver-se com questões a que geralmente pouco se refere (...) [como] a individualidade, o (não) fundamento dos ideais políticos e da obrigação moral, e mesmo os temas do corpo e do desejo, de que hoje tanto se fala” (SOUZA, 1993, p. 7). Ainda em 1846 Marx rompeu relações com aquele a quem tanto elogiara em **A sagrada família** e que é considerado o fundador do anarquismo, *Pierre-Joseph Proudhon*; sua polêmica contra Proudhon e sua obra **Filosofia da miséria** (PROUDHON, 2007), de onde Marx se apropriou de diversos conceitos usados posteriormente em outras obras suas, foi publicada através do livro **Miséria da filosofia** (MARX, 1982). Marx dedicaria boa parte de suas obras da maturidade, inclusive passagens significativas de **O Capital**, sua obra máxima, a exorcizar o fantasma de Proudhon, que se lhes infiltrava (/passim JACKSON 1963). Um exemplo é a questão dos “benefícios extraídos pelos capitalistas do aumento da cooperação da força de trabalho”, apresentada em **O Capital** “sem no entanto citar a este respeito uma só vez sequer o nome de Proudhon, para quem residiria precisamente aqui o segredo da exploração capitalista” (BERNARDO, 1991, p. 70). O silêncio a respeito deste empréstimo conceitual é “tanto mais gritante quanto, em **A sagrada família**, no final do capítulo IV, Marx reconheceu quanto a esta questão a prioridade absoluta de Proudhon” (BERNARDO, 1991, p. 70; Cf. ENGELS; MARX, 2005, pp. 66-69). Já no que diz respeito a *Mikhail Bakunin*, ainda em 1848, espalhou no jornal *Neue Rheinische Zeitung*, de que era editor, o boato de que a novelista francesa George Sand teria em seu poder uma carta que comprovaria ser Bakunin um espião a soldo do czar Nicolau I; Bakunin escreveu a Sand exigindo que ela cobrasse do jornal uma retratação, pois o fato envolvia seu nome; pouco tempo depois, Marx viu-se obrigado a publicar tanto o desmentido de George Sand quanto uma carta de repúdio de Bakunin, e a contragosto disse que a carta de George Sand havia “resolvido completamente a questão” (CARR, 1977, pp. 158-159). Como se vê, há questões tanto de ordem filosófica quanto de ordem pessoal a separar Marx e vários fundadores do anarquismo, e a crise instaurada no Congresso de Haia da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), em 1872, foi apenas a última gota a transbordar o copo – e as divergências seguem até hoje.

sob camadas de ocultação consciente ou puro esquecimento<sup>3</sup>.

O que causa esta ocultação, este esquecimento? Marcelo Lopes de Souza – outro a “flertar” com o anarquismo, embora muito mais densamente que David Harvey – dá pistas:

A “virada radical” (“radical turn”) experimentada pela Geografia nos anos 70 [...] foi, a rigor, uma virada marxista. Muitíssimo pouca atenção foi devotada, durante essas quatro décadas desde a eclosão da onda de “renovação crítica” da Geografia, ao pensamento libertário. [...] em praticamente todos os casos em que marxistas (ou, em todo o caso, não-libertários) deram atenção às ideias de libertários como Reclus e Kropotkin, o tratamento poderia ser descrito como “museológico”. Ou seja: há um tom de homenagem e de simpatia, ou mesmo de reverência, tratando os libertários do passado [...] como quem se refere a um ancestral remoto que fez algumas coisas muito louváveis e se sacrificou por uma nobre causa. Porém, Marx e Engels eram discutidos pelos *radical geographers* tendo em mente a sua importância contemporânea (tanto intelectual/teórica quanto política/estratégica) [...]; ao passo que Kropotkin e Reclus eram, mais ou menos implicitamente, vistos como ícones do passado – isto é, personagens para serem admirados (na medida em que eram os melhores exemplares de uma Geografia clássica antiburguesa), mas não para serem levados muito a sério, nem teórica nem politicamente. Suas ideias eram, por isso, celebradas mais como “peças de museu” (ou como “corpos embalsamados” em um “mausoléu”) que como “armas” de um “arsenal”... (SOUZA, 2014, p. 4-5)

Há também outra explicação. O caráter “científico” que desde a origem foi elemento constitutivo do marxismo tornou-o atrativo para estudiosos acadêmicos, principalmente – e não só – filósofos, economistas, historiadores e sociólogos; estudiosos de outras disciplinas, como a geografia e o urbanismo, apropriaram-se tardiamente do marxismo, mas fizeram-no sobre base bibliográfica bem mais ampla que os escritos fundadores de Karl Marx e Friedrich Engels. Era possível, assim, interpretar a realidade usando o marxismo enquanto um corpo razoavelmente coeso de ideias – conquanto a conhecida reprovação de Marx à simples interpretação do mundo que não implicasse sua transformação, expressa desde a 11ª *Tese sobre Feuerbach* em 1845, não o recomende.

Já o anarquismo era, e é, um corpo bastante eclético de propostas, ideias e análises, não raro conflitantes entre si e até mesmo mutuamente excludentes – a recorrente polêmica entre anarquistas ditos *individualistas* e anarquistas ditos *sociais*, antiga há mais de século (WOODCOCK, 2002, 2008), demonstra-o. Esta diversidade, embora profícua, certamente afasta quem busque respostas fáceis para seus problemas teóricos.

<sup>3</sup> Veja-se, como exemplo, os casos de *Alfred Radcliffe-Brown*, *Michel Onfray*, *Robert Paul Wolff* e *Noam Chomsky*. *Alfred Radcliffe-Brown* (1881-1955), um dos fundadores da antropologia social, era conhecido no Trinity College como “Anarchy Brown”, e apesar de não falar em política na maturidade centrou seus estudos na manutenção da ordem social fora do Estado – um tema tipicamente anarquista (GRAEBER, 2004, p. 16). *Michel Onfray* (n. 1959) talvez seja mais conhecido nos cursos universitários de Filosofia pela coleção **Contra-história da filosofia** e pelo hedonismo filosófico expresso em **O ventre dos filósofos**, mas em **A política do rebelde** (ONFRAY, 2001) sua filiação ao anarquismo é declarada sem meias palavras. *Robert Paul Wolff* (n. 1933), professor emérito de filosofia política da University of Massachusetts Amherst, é mais conhecido no Brasil pelo livro **Crítica da tolerância pura** que publicou em 1965 com Barrington Moore Jr. e Herbert Marcuse, mas publicou em 1970 o livro **In defence of anarchism**, onde faz uma das mais profundas discussões sobre a antinomia entre autoridade e liberdade, tendo como horizonte uma sociedade sem estado (WOLFF, 1998). *Noam Chomsky* (n. 1928), mais conhecido como criador da gramática gerativa transformacional, por diversas vezes se declarou anarco-sindicalista, colocando o anarquismo como o herdeiro das alas mais radicais do Iluminismo (CHOMSKY, 2004).

Sob tais condições – além do cerco político e ideológico a ser tratado adiante – não é de espantar que fosse comum, como ainda é, equacionar *pensamento crítico* e *marxismo*, como se o marxismo fosse a única teoria crítica da sociedade. Como se verá, mesmo num campo relativamente jovem como a questão urbana, esta pretensão não se justifica; o anarquismo, em sua complexa e contraditória diversidade, fornece ferramentas teóricas robustas e operacionais ao pensamento crítico sobre as cidades e seus problemas.

### 3 A questão urbana na primeira onda do anarquismo

Embora seja possível traçar seus antecessores em diversos momentos da história, o movimento anarquista, tal como o compreendemos hoje, consolidou-se como expressão de um projeto político apenas nas quatro últimas décadas do século XIX, e a força, presença e relevância deste projeto político inicial influenciou incontáveis organizações e iniciativas políticas até a década de 1930, quando eventos que culminaram na chegada ao poder político entre 1917 e 1939 de organizações políticas historicamente inimigas do anarquismo – que vão desde comunistas até fascistas, passando por organizações influenciadas pelo liberalismo, pelo conservadorismo, pelo nacionalismo e pelo fundamentalismo religioso – resultaram numa onda de perseguição política aos anarquistas cujo saldo foi o desmantelamento de suas organizações e a destruição de seus arquivos pessoais, além de prisões, exílios e assassinatos.

Somente na década de 1960 o anarquismo retornou com força à cena política, perseguido e marginalizado (WOODCOCK, 2008). Por isto, optou-se neste artigo por chamar o movimento anarquista existente nos setenta anos compreendidos entre as décadas de 1860 e 1930 de *primeira onda do anarquismo*, para diferenciá-lo da retomada iniciada na década de 1960, cujos efeitos são sentidos até hoje.

Nesta primeira onda do movimento anarquista, houve dois militantes, geógrafos de profissão, que apresentaram versões alternativas e bastante funcionais a muitas das teorias atualmente empregues na compreensão do fenômeno citadino e no planejamento urbano<sup>4</sup>: *Elisée Reclus* e *Piotr Kropotkin*. Para ambos, “anarquismo e geografia são uma combinação lógica” (DUNBAR, 1989, p. 78), seja enquanto *filosofia política*, seja enquanto *fundamento epistemológico*.

Kropotkin e Reclus veem na *livre associação dos indivíduos* e na *solidariedade* duas forças motrizes do desenvolvimento social, econômico, político e geográfico; por isto mesmo, são críticos acerbos de tudo quanto possa obstaculizar estas duas forças: Estado, capital, exploração do homem pelo homem, colonialismo, imperialismo, tirania e autoritarismo são temas constantes de seus ataques.

Por caminhos teóricos ligeiramente diferentes, Kropotkin e Reclus chegam à conclusão de que as cidades são um lugar de encontros e um espaço fértil para atuação política, por terem sido os lugares onde surgiram os embriões da democracia moderna – embora vejam no governo representativo e no Estado, mesmo o mais democrático, entraves à solidariedade e à livre associação dos indivíduos. Por terem sido quase vizinhos em seu exílio suíço (1877-1881), Kropotkin e Reclus influenciaram-se mutuamente, um “polindo” o entendimento do outro através do diálogo: Reclus dando foco mais social e ecológico à geografia física de Kropotkin, e este último conferindo à geografia social e ecológica de Reclus caráter mais comunal e mais atento no fenômeno urbano (WARD, 2010, p. 209-210).

<sup>4</sup> Não por acaso Patrick Geddes, um dos fundadores do planejamento regional e urbano modernos, foi amigo e discípulo dos dois (DUNBAR, 1989, pp. 89-90; HALL, 2007, pp. 161-170).

## 3.1 Piotr Kropotkin e a revolução urbana na Europa

### 3.1.1 Breve biografia



Figura 1 – Piotr Kropotkin aos 21 anos.

Príncipe da dinastia ruríquida, senhora dos territórios da Rússia e Ucrânia entre 862 e 1610, *Piotr Kropotkin* (1843-1921) recusou o título aos 12 anos para tornar-se uma das figuras centrais do movimento anarquista no século XIX, e repreendia duramente os amigos que ainda o tratavam como se fosse nobre (BALDWIN, 1970, p. 13).

Quando jovem, na Rússia, esteve envolvido com atividades administrativas, militares e de corte; entre 1866 e 1872 dedicou-se a expedições científicas à Sibéria, tendo em seguida, numa viagem à Suíça, tido contato com o movimento operário, filiando-se à seção genebrina da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Por influência de militantes da Federação do Jura suíço, ingressou no movimento anarquista, que não abandonou até sua morte. Voltou à Rússia ainda em 1872, e já em 1874 estava preso na fortaleza de Pedro e Paulo por sua atividade política com o *Círculo Tchaikovsky*. Tendo escapado das prisões russas em 1876, passou a viver no exílio, entre a França, Suíça e Inglaterra, sempre ativo no movimento anarquista então em pleno vigor.

Voltou à Rússia apenas em 1917 para colaborar com o processo revolucionário, mas a escalada dos bolcheviques ao poder através de um golpe de Estado fê-lo crítico acerbo desta forma de condução de um processo revolucionário – em conformidade com sua longa crítica a qualquer governo, mesmo revolucionário. Morto em 8 de fevereiro de 1921, seu funeral, em 13 de fevereiro, foi o último ato público de anarquistas durante a Revolução Russa; a *Cheka*, polícia política bolchevique, se encarregaria de aniquilá-los a partir de então.

### 3.1.2 As cidades medievais europeias como berço da democracia e do Estado modernos

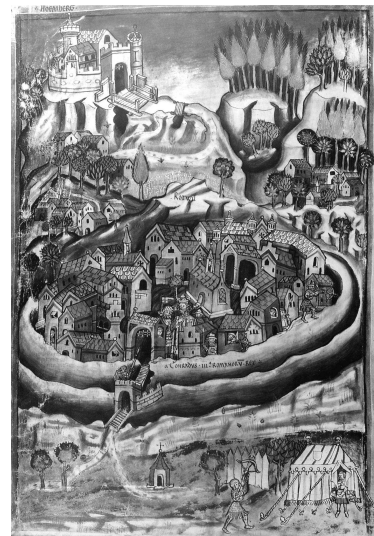
Não cabe aqui fazer um inventário completo das ideias políticas e Kropotkin quando uma boa introdução ao assunto (WOODCOCK, 2002, p. 207-250) ainda se encontra em catálogo editorial. Basta mencionar, introdutória e esquematicamente, que para Kropotkin tanto o feudalismo quanto o capitalismo criam escassez artificial e baseiam-se na força bruta

e em privilégios; ele propôs um sistema político e econômico descentralizado, baseado no apoio mútuo e na cooperação voluntária, duas tendências que identificou como já presentes na vida social (KROPOTKIN, 2000, 2005d, 2009, 2011).

Interessam, para os fins deste artigo, sobretudo as ideias de Kropotkin sobre as *idades* e sua *inter-relação*, ainda mais justificadas quando sua obra geográfica não tem sido objeto do mesmo *revival* que a de seu amigo Élisée Reclus. Será necessário, como pano de fundo desta subseção, criticar duas opiniões. A primeira, mais comum, diz que Kropotkin teria sido fundamentalmente um *geógrafo físico* (SOUZA, 2014, p. 10); não obstante sua fama como geógrafo físico ser merecida, por ter sido o primeiro a cartografar certas regiões do norte da Ásia (WARD, 2010, p. 214), ela espalha uma cortina de fumaça sobre sua não menos significativa contribuição à *geografia social* presente em obras como **Campos, fábricas e oficinas** (KROPOTKIN, 1901) e **A conquista do pão** (KROPOTKIN, 2011), reconhecida por entusiastas de primeira hora como Lewis Mumford<sup>5</sup>. A segunda opinião, menos difundida, leva em conta a contribuição de Kropotkin à geografia social, mas quanto à questão urbana defende que “sua preocupação com a cidade é mais indireta” (VASCONCELOS, 2012, p. 71); a questão urbana, muito pelo contrário, está no cerne das preocupações de Kropotkin, quer no âmbito historiográfico, quer no âmbito geográfico, quer no âmbito político.



(a) Rodes em 1487



(b) Rottweil (cidade livre) em 1435

Figura 2 – Duas cidades medievais.

Kropotkin, geógrafo evolucionista e biólogo neolamarckista (ALSINO, 2012), e por isso mesmo muito atento ao desenvolvimento histórico da relação homem-meio, encontrou nas *comunas urbanas europeias* existentes entre os séculos X a XIV, herdeiras diretas das

<sup>5</sup> Lewis Mumford considerava Piotr Kropotkin “inteligência sociológica e econômica de primeira ordem, baseada na competência especializada [...] como geógrafo, e na sua generosa paixão social como líder do anarquismo comunista” (MUMFORD, 1998, p. 658). Fez comentários entusiásticos a dois livros de Piotr Kropotkin em sua obra **A cidade na história: sobre Campos, fábricas e oficinas**, disse ser “recomendado especialmente a todos os que se interessam em planejar para áreas não- desenvolvidas” (*idem, ibidem*); sobre **O apoio mútuo**, disse ser “obra pioneira sobre a simbiose na sociologia; uma das primeiras tentativas para reformar a unilateral ênfase darwiniana nos aspectos mais predatórios da vida. Note-se o capítulo sobre Ajuda Mútua na Cidade Medieval” (*idem, ibidem*).

*comunas rurais*, tanto um antecessor cronológico das cidades modernas quanto uma base para a reflexão política de sua militância revolucionária.

As comunas urbanas e as primeiras cidades medievais eram, para Kropotkin, um modelo de resistência à tirania. Em várias passagens de sua obra (KROPOTKIN, 1901, 1955, 2000, 2005d, 2009, 2011) mostrou como estas comunas lutaram contra os senhores feudais, sendo em alguns momentos vitoriosas.



Figura 3 – Representação da cidade livre de Aachen na Idade Média.

Para Kropotkin, as cidades medievais foram formadas por um lento e conflituoso desenvolvimento histórico, impulsionado por um conjunto de fatores em influência recíproca: a federação de vilarejos em prol da defesa comum contra inimigos externos (KROPOTKIN, 2009, p. 128); a restauração da paz interna em situações de desrespeito aos costumes, num embrião de função jurisdicional (Id., 2009, p. 120-131); o surgimento e consolidação das *guildas* e dos *mercados* (*idem*, p. ); a consolidação dos direitos fundamentais da *posse comum da terra* e da *autojurisdição*, que significava na prática *autoadministração* e *autolegislação* (Id., 2009, p. 133); e as *conjurações*, *fraternidades* e *amizades*, pactos políticos consolidados em *cartas constitucionais*, forjados na luta para “sacudir o jugo de seus senhores laicos e clericais” (Id., 2009, p. 132). O europeu medieval, para Kropotkin, seria “essencialmente federalista” (KROPOTKIN, 2000, p. 53), “preferia invariavelmente a paz à guerra” (KROPOTKIN, 2009, p. 128).

Em termos atuais, pode-se dizer que Kropotkin viu na história das cidades europeias medievais o *espaço urbano como produto da associação de indivíduos em busca da libertação do jugo feudal e da dominação eclesial*: “O principal objetivo da cidade medieval era o de garantir a liberdade, a autoadministração e a paz, e sua principal base, o trabalho” (KROPOTKIN, 2009, p. 142). Não apenas o espaço físico e o desenho urbano<sup>6</sup>, como as instituições sociais criadas nestas cidades foram para ele resultados desta luta. A tese das

<sup>6</sup> “Geralmente a cidade era dividida em quatro partes, ou em cinco a sete setores que se irradiavam de um centro, e cada um deles correspondia mais ou menos a um certo comércio ou ofício que nele prevalecia, mas continha habitantes de diferentes posições sociais e ocupações – nobres, comerciantes, artesãos ou mesmo semisservos. Cada setor ou parte constituía um aglomerado bem independente. [...] Portanto, a cidade medieval é uma dupla federação: de todos os domicílios unidos em pequenas associações

idades medievais como berço da democracia ocidental só veio a ser retomada – com as nuances hermenêuticas e idiossincráticas peculiares a cada autor – no início do século XX por Max Weber (2002, pp. 955-975) e Henri Pirenne (1927, 1969).

O final deste período de lutas libertárias teria sido determinado por um conjunto de fatores, também em influência recíproca, verificados por Kropotkin entre os séculos XIV e XVI. A partir da iniciativa de senhores feudais que, tendo acumulado mais riquezas que seus circunvizinhos, escolhiam como sede de seu domínio “um grupo de aldeias bem situadas e ainda sem a experiência da vida municipal livre” (KROPOTKIN, 2009, p. 168), surgiram as em *idades nobres fortificadas*, imitações tortas das cidades livres, às quais estes senhores feudais atraíam companheiros de armas (por distribuição de aldeias), mercadores (por privilégios ao comércio), juristas versados no direito romano e bispos. Estas cidades nobres, em constante conflito com as cidades livres, foram o embrião do Estado absolutista (Id., 2009, p. 169).

Soma-se a este fator a mudança da tática política da Igreja: ao invés recalcitrante tentativa de criação de uma teocracia unificada, “bispos mais inteligentes e ambiciosos passaram a apoiar quem consideravam capazes de reconstituir o poder dos reis de Israel ou dos imperadores de Constantinopla” (Id., 2009, p. 169), espraiando-se assim entre os nobres como conselheiros, juriconsultos e diplomatas.

Os camponeses ainda sob o jugo feudal, ao ver a incapacidade dos habitantes dos burgos para pôr fim às guerras entre cavaleiros, afixavam sua liberdade agora àqueles nobres mais poderosos (Id., 2009, p. 169), cujas famílias – a família Kropotkin inclusive – no futuro seriam as mais poderosas dinastias absolutistas da Europa.



Figura 4 – Massacre de *jacquerie* em Meux, em 09 de junho de 1358.

Havia também um fator interno, as “divisões que haviam surgido dentro das próprias cidades” (Id., 2009, p. 169): as famílias dos fundadores da cidade disputavam privilégios de comércio com as famílias de habitantes mais recentes; os cidadãos, ou *burgueses*, não faziam questão de proteger as aldeias dos arredores, formadas por camponeses, a quem deixavam frequentemente sob o jugo de senhores feudais; mas para Kropotkin “o erro maior e mais fatal da maioria das cidades foi o de basear sua riqueza no comércio e na

---

territoriais – a rua, a paróquia, o setor – e de indivíduos ligados por juramento em corporações de ofício. A primeira foi resultante da origem na comunidade aldeã e a segunda, uma ramificação subsequente gerada por novas condições” (KROPOTKIN, 2009, p. 142).

indústria, em detrimento da agricultura” (Id., 2009, p. 169), o que além de dificultar a integração com as aldeias circunvizinhas, fomentou o colonialismo e, como consequência, guerras coloniais consumidoras das riquezas cidadinas<sup>7</sup>.

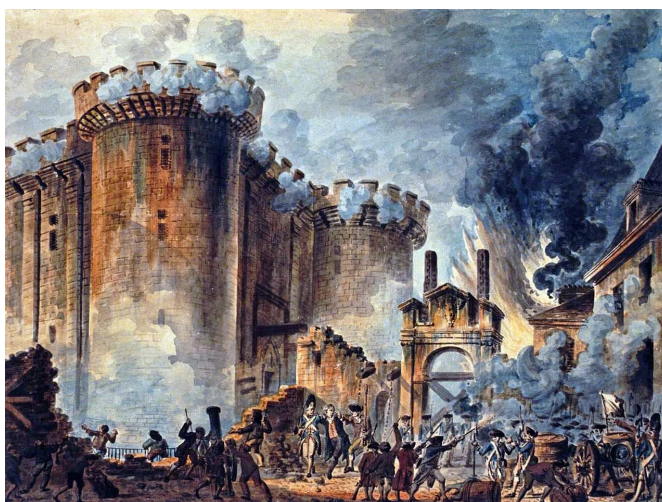
Ao contrário do que se possa imaginar à primeira leitura, o retorno de Kropotkin às cidades medievais não era uma *utopia regressiva*, uma idealização do passado proposta como horizonte político, mas sim uma *crítica historicista às utopias socialistas do século XIX*: “não só as aspirações de nossos radicais modernos já eram realidade na Idade Média, assim como muito do que se chama hoje de utopia era comum naquela época” (KROPOTKIN, 2009, p. 157; HORNER, 1989, p. 142).

### 3.1.3 As cidades como palco privilegiado da luta de classes na Europa

A tese geográfico-política kropotkiniana, entretanto, não se encerra aí. As cidades europeias teriam sido palco desde o século XIV de uma luta encarniçada do “povo” contra os burgueses, senhores feudais, aristocratas e reis absolutistas pela defesa de suas liberdades e pelo uso comum da terra. Toda a história das revoluções europeias, para Kropotkin, explica-se por esta chave. A análise da *Revolução Francesa* feita por Kropotkin é exemplar neste sentido.



(a) *Sans-culotte* (Louis-Léopold Boilly)



(b) Tomada da Bastilha (Jean-Pierre Houël)

Figura 5 – Cenas da Revolução Francesa.

Para Kropotkin, a Revolução Francesa foi impulsionada não apenas pelos panfletos iluministas, mas pela decidida *ação popular* de libertação de obrigações feudais e de retomada de terras das mãos de senhores laicos e religiosos. Desabrochavam no seio das massas ideias “a respeito da descentralização política, do papel preponderante que o povo queria dar às suas municipalidades, às suas seções nas grandes cidades, e às assembleias de aldeia” (KROPOTKIN, 1955, p. 23). Ou ainda: “a revolta dos camponeses para a abolição dos direitos feudais e a reconquista das terras comunais tiradas às comunas aldeãs desde o século XVII pelos senhores laicos e eclesiásticos – eis a própria essência, a base da grande Revolução” (Id., 1955, p. 114). Ou então:

<sup>7</sup> “Colônias foram fundadas pelos italianos no sudeste, pelas cidades alemãs no leste, pelas eslavas no extremonordeste. Passaram a existir exércitos mercenários para as guerras coloniais, e logo também para a defesa local” (KROPOTKIN, 2009, p. 170).

Em França, o movimento não foi somente um levante para conquistar a liberdade *religiosa* ou apenas a liberdade *comercial e industrial* para o indivíduo, ou ainda para constituir a autonomia municipal nas mãos de alguns burgueses. Foi, sobretudo, uma *revolta dos camponeses*: um movimento do povo para reentrar na posse da terra e a libertar das obrigações feudais que sobre ela pesavam; e além de haver nisso um poderoso elemento individualista – o desejo de possuir a terra individualmente – havia também o elemento *comunista*: *o direito de toda nação à terra* – direito que veremos altamente proclamado pelos pobres em 1793. (Id., 1955, pp. 116-117)

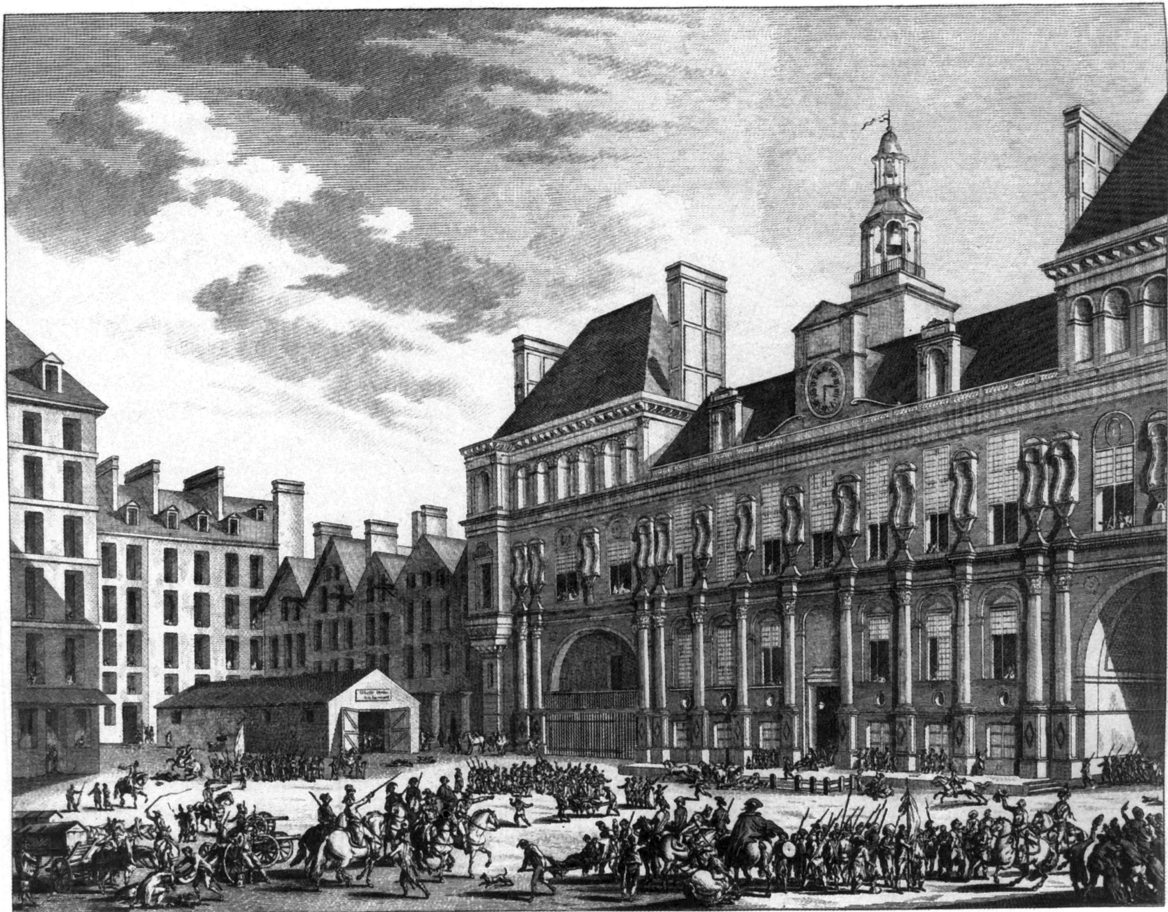


Figura 6 – “O povo de Paris no Parlamento”, gravura de Pierre Gabriel Berthault (1737-1831). A gravura representa uma reunião em frente ao *Hôtel de Ville*, em Paris, no dia 27 de julho de 1794.

A luta de classes eclodiu também nas cidades. Na França do século XVIII, a autoridade real demorara duzentos anos para construir uma estrutura institucional capaz de submeter a seu jugo as cidades anteriormente livres; tais instituições – conselhos municipais vitalícios, direitos feudais, síndicos, almotacéis, direitos eclesiais de intervenção nas instituições municipais, isenções tributárias a membros da Igreja Católica e aristocratas etc. – encontravam-se em franca decrepitude às vésperas da Revolução Francesa (Id., 1955, pp. 118-120). Assim que a notícia da queda da Bastilha circulou pela província, o povo sublevou-se, apoderando-se dos Paços dos Conselhos e elegendo “uma novamunicipalidade”; esta foi a base da *revolução comunalista* posteriormente sancionada pela Assembleia Constituinte em 1789 e 1790 (Id., 1955, pp. 121). O “povo”, territorializado a partir dos

distritos (*arrondissements*) de Paris e de outras cidades grandes, “fez a revolução nas localidades, estabelece revolucionariamente uma nova administração municipal, distingue entre os impostos que aceita e os que recusa pagar, e dita o modo de repartição igualitária daqueles que pagaria ao Estado ou à Comuna” (Id., 1955, p. 130).

Daí por diante, estabelecido o pano de fundo, a densa análise de Kropotkin, baseada em rigorosa pesquisa documental e arquivística<sup>8</sup>, segue a mesma tônica. A Revolução Francesa é analisada em termos territoriais, e especificamente em sua expressão urbana. A luta dos habitantes das cidades contra as instituições feudais ressurgia, desta vez inaugurando na prática o *comunismo*.

### 3.1.4 As cidades nos processos revolucionários



(a) Comuna de Paris (1871)

(b) Toledo (Guerra Civil Espanhola, 1936)

Figura 7 – Cenas de revoluções em cidades.

Mas é na passagem da sociedade capitalista para a sociedade anarquista – ou seja, durante a revolução – que Kropotkin apresenta vislumbres interessantes. Para ele, “a revolução social deve ser feita pela libertação das comunas, e (...) apenas as comunas, absolutamente independentes, libertas da tutela do Estado (...) poderão nos dar o meio necessário à revolução e o meio de realizá-la (...)” (KROPOTKIN, 2005a, p. 91). Pontuou, na esteira de suas análises histórico-geográficas posteriores ao período medieval, que a revolução das comunas não se tratava de simples retorno à comuna medieval, mas sim da construção de uma nova comuna que, devido à ciência e à tecnologia de então, seria “um fato absolutamente novo, situado em novas condições e que, sem dúvida, traria consequências totalmente diferentes” (Id., 2005a, p. 91), e que “deve destruir o Estado e substituí-lo pela federação” (Id., 2005a, p. 93). Neste processo, Kropotkin mostra atenção para as relações

<sup>8</sup> Num artigo escrito entre 1880 e 1882, Kropotkin explicitou o método que resultou na obra **A grande revolução**: “Quanto às insurreições, que precederam a revolução e sucederam-se durante o primeiro ano, o pouco que posso dizer disso, neste espaço restrito, é o resultado de um trabalho de conjunto, que realizei em 1877 e 1878, no Museu Britânico e na Biblioteca Nacional [da França], trabalho que ainda não terminei, e no qual me propunha expor as origens da revolução e de outros movimentos na Europa. Aqueles que quiserem lançar-se neste estudo deverão consultar (além das obras conhecidas [...]) as memórias e as histórias locais [...]. Entretanto, não devem contar com o fato de poder reconstituir, só com estes documentos, uma história completa das insurreições, que precederam a revolução. Para fazê-lo, só há um meio: dirigir-se aos arquivos, onde, apesar da destruição dos documentos feudais, ordenada pela Convenção, acabar-se-á, com certeza, por encontrar fatos muito importantes” (KROPOTKIN, 2005b, nota 27).

“cidade-província”, para que as cidades não fiquem desabastecidas (KROPOTKIN, 2011, p. 53). Tal como se verá adiante e com mais detalhe sobre Élisée Reclus, Kropotkin já intuía entre 1880 e 1882 aquilo que só na década de 1930 veio a ser chamado de *rede urbana*, dando-lhe o nome de *federação de comunas* e projetando-a no futuro a partir de tendências do presente:

Graças à infinita variedade das necessidades da indústria e do comércio, todos os lugares habitados já possuem vários centros aos quais se ligam, e, à medida que suas necessidades desenvolverem-se, ligar-se-ão a novos centros, que poderão prover às novas necessidades. (...) A comuna sentirá, portanto, necessidade de estabelecer outros contratos de aliança, entrar para outra federação. Membro de um grupo para aquisição de gêneros alimentícios, a comuna deverá tornar-se membro de um segundo grupo para obter outros objetos que lhe serão necessários (...). Tomai um atlas econômico de qualquer país e vereis que não existem fronteiras econômicas; as zonas de produção e de troca de diversos produtos penetram-se mutuamente, confundem-se, superpõem-se. Do mesmo modo, as federações de comunas, se seguissem seu livre desenvolvimento, viriam rápido confundir- e, cruzar-se, superpor-se e formar, assim, uma rede de maneira diversamente compacta, “una e indivisível”, daqueles agrupamentos estatistas, que são apenas justapostos como as varas em feixe em torno da machadinha do lictor. (...) [A] íntima ligação já existe entre as diversas localidades, graças aos centros de gravitação industrial e comercial, graças a um grande número destes centros, graças às incessantes relações (KROPOTKIN, 2005a, p. 97-98).

A este nível *territorial* da federação de comunas soma-se outro, ligado aos *interesses dos indivíduos*, apto a formar “uma comuna de interesses cujos membros estão disseminados em mil cidades e vilarejos” (KROPOTKIN, 2005a, p. 99); trata-se das associações, cooperativas e todas as outras formas de sociedades livremente constituídas para a atividade humana – ou seja, aquilo que, usando um vocabulário contemporâneo, se chamaria sem equívoco de *sociedade civil* – verdadeira “tendência, o traço distintivo da segunda metade do século XIX” (*idem, ibidem*) que ocupava “a cada dia novos campos de ação, até aqueles que, outrora, eram considerados como uma atribuição especial do Estado” (*idem, ibidem*). A convergência entre as *comunas territoriais* e as *comunas de interesse* formava o solo onde a propaganda feita pelas minorias revolucionárias, ao romper com preconceitos políticos arraigados no seio do povo, germinaria em ações revolucionárias cujos fins últimos são a abolição do Estado, dos privilégios e da exploração (KROPOTKIN, 2005a, 2005b, 2005c).

E a questão urbana, mais especificamente a questão da moradia, é um dos pontos, para Kropotkin, por onde pode-se começar a ação revolucionária. Plenamente consciente dos mecanismos de formação da renda fundiária urbana, Kropotkin deslegitimou-a, pois não somente as vantagens locacionais capazes de valorizar imóveis seriam resultado pura e simplesmente de um trabalho coletivo a que o proprietário do imóvel não deu causa e do qual se beneficia, como o próprio imóvel seria resultado de trabalho alheio indevidamente apropriado:

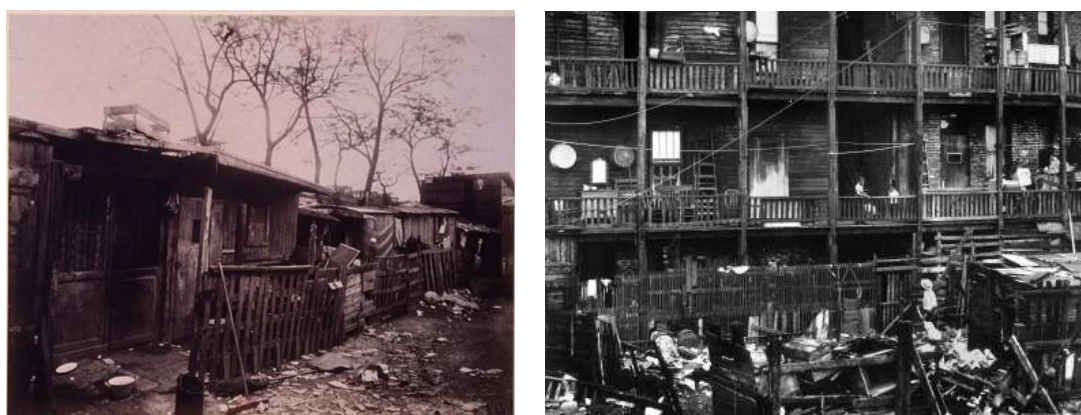
Finalmente – e é aqui sobretudo que a enormidade salta aos olhos – a casa deve o seu valor atual ao rendimento que o proprietário puder tirar dela. Ora, esse rendimento será devido à circunstância de a propriedade estar edificada em uma cidade calçada, iluminada a gás, em comunicação regular com outras cidades e reunindo no seu seio estabelecimentos de indústria, de comércio, de ciência, de arte; ao fato de esta cidade ser ornada de pontes, de cais, de monumentos, de arquitetura, oferecendo aos

habitantes muitos confortos e muitos agrados desconhecidos nas aldeias; ao fato de que 20, 30 gerações têm trabalhado para a tornar habitável, saneá-la e embelezá-la.

O valor de uma casa em certos bairros de Paris é 1.000.000, não que nas suas paredes haja 1.000.000 em trabalho, mas porque está em Paris; porque desde séculos, os operários, os artistas, os pensadores, os sábios e os literatos têm contribuído para fazer Paris o que ela é hoje; um centro industrial, comercial, político, artístico e científico; porque tem um passado; porque as suas ruas são conhecidas graças à literatura, na província como no estrangeiro; porque é o produto de um trabalho de 18 séculos, de 50 gerações, de toda a nação francesa.

Quem, pois, tem o direito de se apropriar da mais ínfima parcela desse terreno ou da última das construções, sem cometer uma clamorosa injustiça?

Quem tem o direito de vender, seja a quem for, a menor parcela do patrimônio comum? (KROPOTKIN, 2011, pp. 59-60)



(a) Habitação proletária (Paris, março 1912) (b) Habitação proletária (Londres, fim séc. XIX)

Figura 8 – Exemplos de habitação proletária entre os séculos XIX e XX.

A solução deste problema, para Kropotkin, é o *alojamento gratuito*, como proposta pós-revolucionária, e a *expropriação das casas*, como ação revolucionária imediata. Na verdade, Kropotkin não fez nada além de sistematizar e discutir a prática, já existente no século XIX:

Repugna-nos traçar nos seus menores detalhes planos de expropriação. [...] Assim, esboçando o método segundo o qual a expropriação e a repartição das riquezas expropriadas “poderiam” fazer-se sem a intervenção do governo, não queremos senão responder aos que declaram a coisa impossível. [...] O que somente nos importa é demonstrar que a expropriação “pode” fazer-se pela iniciativa popular e “não pode” fazer-se de outro modo.

É de prever que, desde os primeiros atos de expropriação, surgirão no bairro, na rua ou no agregado de casas, grupos de cidadãos de boa vontade, que virão oferecer os seus serviços para se informarem do número de apartamentos vazios, dos apartamentos atulhados de famílias numerosas, dos alojamentos insalubres e das casas que, demasiado espaçosas para os seus ocupantes, poderiam ser ocupadas por aqueles que não têm ar em seus casebres. Em alguns dias, esses voluntários espalharão pela rua, pelo

bairro, listas completas de todos os apartamentos, salubres e insalubres, estreitos e largos, alojamentos infectos e moradias suntuosas.

Comunicarão livremente entre si as suas listas e em poucos dias terão estatísticas completas. [...]

Então, sem esperar coisa alguma de ninguém, esses cidadãos irão provavelmente encontrar os seus camaradas que habitam espeluncas e lhes dirão muito simplesmente: “Destá vez, camaradas, é a Revolução a valer. Venham esta tarde a tal lugar. Todo o bairro lá estará, repartiremos os apartamentos de cinco peças que estão disponíveis. E logo que estiverdes “em casa”, será negócio feito. O povo armado responderá a quem quiser desalojar-nos. (KROPOTKIN, 2011, pp. 61-62)

De um só golpe, Kropotkin antecipou em quase cem anos – o texto é de 1892 – conceitos criados no contexto do movimento de reforma urbana, como o *défice habitacional quantitativo e qualitativo*, a *retenção especulativa de imóveis*, a discussão sobre a *destinação dos imóveis vazios*, a *ocupação de imóveis cujos proprietários não lhes dão função social* e o método de ação dos *movimentos de luta por moradia*. Não estamos tão longe dele quanto se poderia supor. Kropotkin influenciou diretamente, por exemplo, a campanha de ocupação de bases militares para moradia na Inglaterra, em 1946, e as ideias de John Turner sobre a autoconstrução em Lima (Peru) (WARD, 1996, pp. 67-73).

### 3.1.5 Um balanço

Como se vê, o pensamento político de Kropotkin não lida com conceitos e categorias abstratas ou idealizadas; enraíza-os num meio geográfico, *territorializa-os*. A relação homem-meio, sociedade-natureza, é vista por Kropotkin como um todo unitário, pleno de relações biunívocas e complexas.

O espaço, em Kropotkin, é produto também do desenvolvimento histórico, e a História se desenvolve no espaço. O espaço urbano do passado e do porvir – como qualquer outro espaço – é, também, fruto de lutas sociais, em especial quando as cidades são o palco principal das lutas pela liberdade.

Por isso, a questão urbana, em Kropotkin, pode ser vista como *o conjunto dos fatores que obstaculizam o pleno desenvolvimento dos indivíduos e sua livre organização nas cidades*, fatores estes que variam em cada momento histórico; o conhecimento destes fatores só pode se dar através da pesquisa histórica da produção e do uso do espaço de cada cidade e das lutas em torno desta produção e deste uso, na tentativa de produzir sínteses orientadoras da ação política.

## 3.2 Elisée Reclus, pioneiro da geografia urbana

Élisée Reclus (1830-1905) é um dos fundadores da geografia moderna, junto com Paul Vidal de la Blache, Carl Ritter, Jean Brunhes e Friedrich Ratzel. Tido como um dos principais geógrafos do seu tempo, chegou inclusive, graças a sua reputação, a contribuir para a solução de problemas diplomáticos internacionais<sup>9</sup>. Sua militância política e o

<sup>9</sup> “Pesquisando no acervo do Conselho Municipal da cidade de Genebra, encontramos um documento contendo afirmações que chamaram logo a nossa atenção. O fundo cartográfico Reclus-Perron conservado em Genebra possui particularmente um mapa manuscrito que o explorador Henri Coudreau (1859-1899) fez para Elisée Reclus (1830-1905). Ele foi decisivo para a arbitragem do Conselho federal suíço que julgou, em primeiro de dezembro de 1900, o contestado franco-brasileiro sobre as fronteiras entre o Brasil e a Guiana, anexando ao Brasil um território de 260.000 quilômetros quadrados.” (FERRETTI,

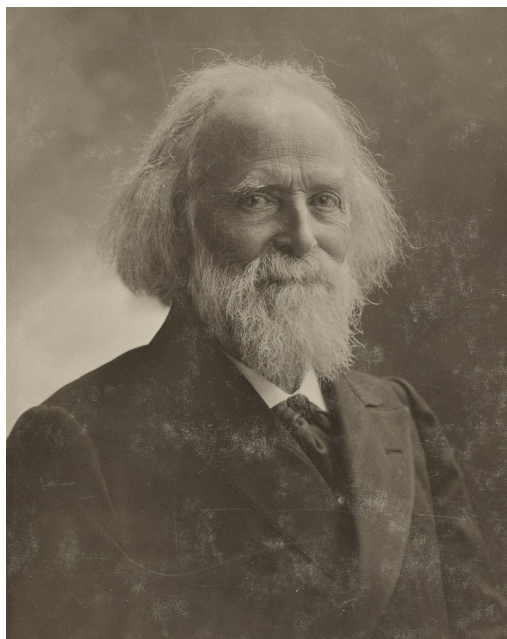


Figura 9 – Elisée Réclus em 1903

forte acento social e histórico de sua geografia, entretanto, levaram os outros fundadores da geografia moderna – e seus discípulos – a dizer, textualmente, que sua obra “contém interessantes pontos de vista geográficos, mas que é sobretudo história e sociologia”.

### 3.2.1 Meio-espço, meio-tempo, ação recíproca e as “leis” da geografia social

A metodologia de Élisée Reclus é, num primeiro contato, estranha:

No estudo das características diversas do planeta, em suas reações mútuas de justaposição e influência, nas mudanças provocadas pela série das eras, o elemento de comparação que sempre teremos diante dos olhos será a sociedade humana. A história da Terra e aquela da humanidade em suas ações e reações continuadas, desde as origens conhecidas até os tempos que se preparam, serão o objeto de nosso estudo. Para resumir nosso pensamento, buscaremos seguir a evolução da humanidade em relação às formas terrestres e a evolução das formas terrestres em relação à humanidade. (RECLUS, 2010b, pp. 78-79)

Haveria em Reclus mais que relações, mas praticamente uma *unidade entre sociedade e natureza*, quase rompendo a distinção *physis/nomos* herdada há milênios da ontologia aristotélica? A dificuldade da empreitada ontológica era reconhecida pelo próprio Reclus:

É verdade, eu sabia de antemão que nenhuma pesquisa far-me-ia descobrir essa lei de um progresso humano cuja miragem sedutora agita-se incessantemente em nosso horizonte, e que foge de nós e dissipa-se para recriar-se uma vez mais [...] Não, mas podemos ao menos, nessa avenida dos séculos que os achados dos arqueólogos prolongam constantemente naquilo que foi a noite do passado, reconhecer a íntima ligação que une a sucessão dos fatos humanos à ação das forças telúricas: é-nos permitido perseguir no tempo cada período da vida dos povos correspondendo à mudança dos meios, observar a ação combinada da Natureza e do próprio

Homem, reagindo sobre a Terra que o formou. (RECLUS, 2010b, pp. 45-46)

Mais modestamente, o que Reclus propôs foi uma análise simultaneamente sincrônica e diacrônica do espaço: “Ao meio-espaço, caracterizado por milhares de fenômenos exteriores, deve-se ajuntar o meio-tempo, com suas transformações incessantes, suas repercussões sem fim” (RECLUS, 1905a, p. 110). Para Reclus, ao contrário de muitos deterministas seus contemporâneos, não havia qualquer primazia do meio natural sobre o homem:

...todas estas forças [*naturais*] variam de lugar em lugar e de época em época; é portanto em vão que os geógrafos têm ensaiado classificar numa ordem definitiva, a série de elementos do meio que influem sobre o desenvolvimento de um povo; os fenômenos múltiplos, entrecruzados da vida não se permitem enumerar numa ordem metódica.

[...] A história da humanidade, em seu conjunto e suas partes, não se pode assim explicar pela soma dos meios com “juros compostos” pela sucessão dos séculos; mas para entender a evolução que se realiza, também temos de apreciar em que medida os próprios meios evoluem pelo fato da transformação geral [*da sociedade*] e modificam sua ação em consequência.

[...] Há também os aspectos da natureza que, sem haver mudado em nada, não deixam de exercer uma ação completamente diferente por efeito da história geral [*da sociedade*] que modifica o valor relativo de todas as coisas. (RECLUS, 1905a, pp. 112-114)

*Meio-tempo, meio-espaço e ação combinada e recíproca da Natureza e do Homem* – desfazendo, assim, qualquer fetiche naturalista ou de certo ecologismo vulgar hoje em moda – são conceitos-chave da *geografia social*, cujas três “leis” Reclus sintetizou:

A primeira categoria de eventos que o historiador constata mostra-nos como, por efeito de um desenvolvimento desigual entre os indivíduos e sociedades, todas as coletividades humanas, à exceção das tribos permanecidas no naturismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou castas, não somente diferentes, mas opostas em interesses e tendências, mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise. [...]

O segundo fato coletivo, consequência necessária do desdobramento dos corpos sociais, é que o equilíbrio rompido de indivíduo a indivíduo, de classe a classe, se equilibra constantemente em torno de seu eixo de repouso: a violação da justiça clama sempre por vingança. Daí as incessantes oscilações. [...]

Um terceiro grupo de fatos, ligando-se ao estudo do homem em todas as épocas e todos os países, atesta-nos que nenhuma evolução na existência dos povos pôde ser criada senão pelo esforço individual. É na pessoa humana, elemento primário da sociedade, que se deve buscar o choque impulsivo do meio, destinado a se traduzir em ações voluntárias para disseminar as ideias e participar das obras que edificarão o comportamento das nações. O equilíbrio das sociedades só é instável pela perturbação imposta aos indivíduos em sua franca expansão. A sociedade livre estabelece-se pela liberdade fornecida em seu completo desenvolvimento a cada pessoa humana, primeira célula fundamental, que, em seguida, agrega-se e associa-se como lhe apraz às outras células da mutável humanidade. [...]

A “luta de classes”, a busca do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da *geografia social* e que, no caos das coisas, mostram-se assaz constantes para que se possa dar-lhes o nome de “leis”. (RECLUS, 1905a, pp. II-IV; 2010b, pp. 47-50)

### 3.2.2 A geografia urbana de Reclus

Muito à frente de seu tempo, e graças à influência de Piotr Kropotkin, Élisée Reclus foi um dos primeiros geógrafos a dedicar atenção especial às cidades – e entre os pioneiros da disciplina, foi o que mais analisou a questão.

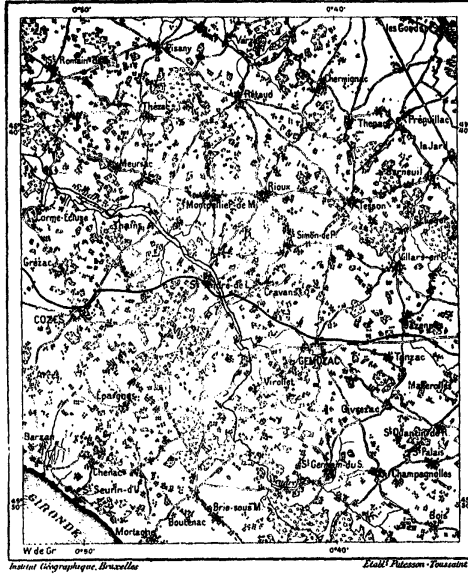
Entre as obras de Élisée Reclus, a **Nouvelle Géographie Universelle** (19 volumes) fez muito sucesso na época de sua publicação (1876-1894). É uma descrição extremamente minuciosa e rigorosa do “estado do mundo” na época, riquíssima em dados demográficos, corográficos, econômicos, topográficos, cartográficos, geológicos etc. Nesta obra, Reclus divide internamente os países em *zonas de influência* (com bastante riqueza e detalhe), *zonas de vegetação* (com menor impacto na obra), a *pertença étnica* de sua população (onde isto se aplicava) e... a “rede urbana”, entre muitas outras. Nesta obra Reclus não conceituou a rede, não estruturou abstratamente a hierarquia entre cidades; apenas identificou empiricamente fatos concretos que se repetiam e os descreveu o mais detalhadamente possível, sem extrair deles qualquer teoria geral.

Já em **L’homme et la terre** (1905-1908, 6 vols.) as intuições reclusianas sobre “rede urbana” chegam ao nível de uma primeira teoria sobre o assunto, especialmente no capítulo II do livro IV, intitulado “*Répartition des hommes*” (Repartição dos homens). Este pequeno ensaio – 41 páginas no original francês (RECLUS, 1905b, pp. 335-376) – é repleto de ideias sobre questões como causas do êxodo rural na Europa; vantagens da convivência urbana; fatores de atração locacional na fundação de cidades; relação entre agricultura, clima e relevo na formação de cidades; método para estudo da “personalidade” e do “caráter” de uma cidade tal como se apresenta através da acumulação de obras, construções, aglomerações, bairros etc.; morfologia urbana; especulação imobiliária; usos militares da malha urbana; indústria e poluição; estética e monumentos urbanos; saneamento urbano; relação entre meios de transporte e suburbanização; cidades-jardim (Port Sunlight, Bourneville, Letchworth); superpopulação urbana, concentração urbana e sua perspectiva futura.

O ponto central deste ensaio é a teoria da localização urbana e hierarquização entre cidades. Se considerarmos o “panteão” da teoria da localização econômica como composto por *Johann Heinrich von Thünen* (1783-1850), *Alfred Marshall* (1842-1924), *Alfred Weber* (1868-1958), *Walter Christaller* (1893-1969) e *August Lösch* (1906-1945) e verificarmos certo grau de formalização matemática de suas teorias como elemento comum, faltou apenas isto para que Élisée Reclus fosse incluído neste rol. Toma-se aqui a liberdade de expor os pontos centrais da teoria da localização urbana e hierarquização entre cidades de Élisée Reclus numa só e longa citação:

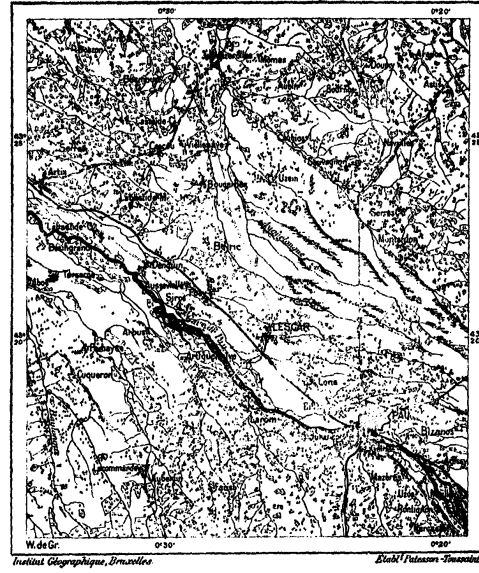
Se a Terra fosse completamente uniforme em seu relevo, na qualidade do solo e nas condições do clima, as cidades ocupariam uma posição geométrica, por assim dizer: a atração mútua, o instinto de sociedade, a facilidade das permutas as teriam feito nascer a distâncias iguais umas das outras. Tendo em vista uma região plana, sem obstáculos naturais, sem rio, sem porto, situada de uma maneira particularmente favorável, e não dividida em Estados políticos distintos, a maior cidade teria sido construída diretamente no centro do país; as cidades secundárias

N° 483. Villages normalement espacés.



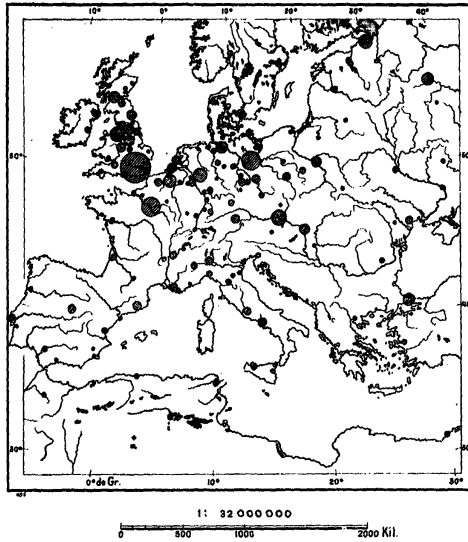
(a) Aldeias normalmente espaçadas

N° 484. Villages anormalment espacés.



(b) Aldeias anormalmente espaçadas

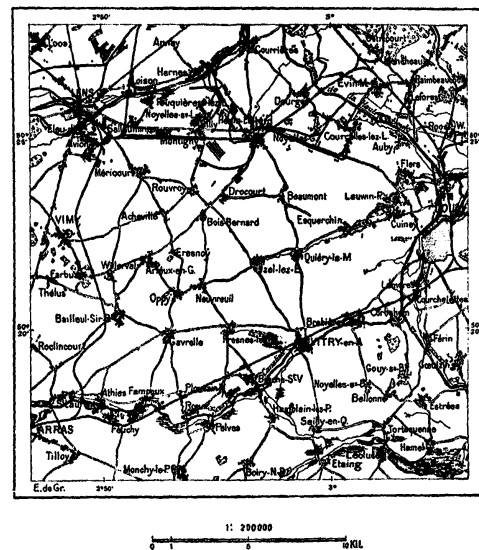
N° 485. Villes européennes d'au moins 100 000 habitants.



La surface des cercles est proportionnelle à la population des villes qu'ils représentent à raison de 100 000 habitants par millimètre carré environ. Les seules agglomérations de 100 000 habitants sont reportées ici, autant que possible avec leurs faubourgs. En outre, un certain nombre de villes ont dû être fusionnées en un seul cercle. Voici les groupes : South Shields, Gateshead, Sunderland et Newcastle. — Freeton, Blackburn et Burnley. — Halifax, Bradford et Leeds. — Birkenshead, Oldham, Manchester et Liverpool. — Derby, Nottingham et Sheffield. — Wolverhampton, Salford et Birmingham. — Southampton, Brighton et Portsmouth avec Londres. — La Haye et Rotterdam. — Gand, Avers et Bruxelles. — Roubaix et Lille. — Altona et Hambourg. — Schönberg, Rixdorf, Charlottenburg et Berlin. — Bochum, Geisenkirchen, Barmen, Elberfeld, Dortmund, Duisburg, Essen et Düsseldorf.

(c) Cidades europeias com pelo menos 100 mil hab.

N° 486. Villages agricoles et industriels.



(d) Cidades agrícolas e industriais

Figura 10 – Estudos reclusianos de rede urbana (RECLUS, 1905)

ter-se-iam distribuído a intervalos iguais sobre o território, espaçadas ritmicamente, e cada uma delas teria seu sistema planetário de cidades inferiores, tendo seu cortejo de vilarejos. A distância normal de uma jornada de marcha, tal deveria ser, sobre uma planície uniforme, o intervalo entre as diversas aglomerações urbanas; o número de léguas percorridas por um caminhante comum entre a aurora e o crepúsculo, sejam doze ou quinze correspondendo às horas do dia, constitui a etapa regular de uma cidade à outra. A domesticação dos animais, depois a invenção da roda, e, em seguida, das máquinas, modificaram, gradual ou bruscamente, as medidas primitivas: o passo da montaria, depois o giro do eixo da roda determinaram a distância normal entre as grandes reuniões de homens. Quanto aos vilarejos, sua distância média tem por medida o percurso que pode fazer o agricultor empurrando seu carrinho de mão carregado de feno ou de espigas. A água para o gado, o transporte fácil dos frutos do solo, eis o que regula a localização do estábulo, do celeiro e da cabana.

Entre as regiões povoadas há muito tempo e ainda apresentando na distribuição urbana de seus habitantes as distâncias primitivas, encontramos, na aparente desordem das cidades, um aordem de repartição que foi, evidentemente, outrora regulada pelo passo dos caminhantes. [...] [P]odemos constatar a surpreendente regularidade com a qual se distribuíram as aglomerações urbanas antes que as explorações mineiras e industriais viessem perturbar o equilíbrio natural das populações. [...] Entre a capital [*Paris*] e os centros administrativos de segunda ordem, fundaram-se, em intervalos sensivelmente iguais, cidades menores, mas ainda consideráveis, separadas por uma dupla etapa, de vinte e cinco a trinta léguas: Orléans, Tours, Poitiers, Angoulême. Enfim, a meio caminho de cada um desses centros de terceira ordem, formaram-se cidades modestas, indicando a etapa média: Etampes, Amboise, Châtellerault, Ruffec, Libourne. Assim, o viajante, atravessando a França, encontrava alternativamente uma cidade de simples repouso e uma cidade de completo reconforto: a primeira bastava ao pedestre, a segunda convinha ao cavaleiro. Em quase todas as estradas o ritmo das cidades produz-se do mesmo modo, cadência natural regulada pela marcha dos homens, dos cavalos e das carruagens.

As irregularidades da rede das etapas explicam-se todas pelas características do relevo, pelo curso dos rios, pelos mil contrastes da geografia. [...] Todas as condições da natureza, agrícolas, geográficas, climáticas, influem para bem ou para mal no desenvolvimento das cidades. Cada vantagem aumenta sua força de atração, cada desvantagem a diminui. A grandeza dos grupos urbanos mede-se exatamente pela soma dos privilégios naturais, admitindo, evidentemente, que a ambiência histórica seja identicamente a mesma. Duas cidades, uma da África, a outra da Europa, encontrando-se em condições similares, serão contudo muito diferentes, porquanto a evolução da história circundante difere para cada uma delas: no entanto, haverá paralelismo em seus destinos. [...] [D]ois centros urbanos próximos influenciam-se mutuamente, seja para desenvolver-se juntos quando seus interesses completam-se [...], seja para prejudicar-se quando os privilégios são da mesma ordem [...]. Depois das vantagens do clima e do solo, aquelas do sub-solo exercem, às vezes, uma influência decisiva. [...] Cada conquista do homem cria pontos vitais em locais imprevistos [...] Que mudança rápida na repartição das cidades quando o homem tornar-se senhor da aviação, da aeronáutica! (RECLUS, 2010a, pp. 38-41, 46-48)

Modelos deste tipo são uma das três teorias fundamentais da geografia atual juntamente com a *renda fundiária* e a *difusão* – o que leva a considerar Reclus não apenas

como um precursor em matéria de análise urbana, mas igual e claramente como um dos fundadores da geografia contemporânea (BOINO, 1999).

Mais especificamente, a *rede urbana* e a *hierarquização entre cidades* são dois conceitos fundamentais comumente associados a Walter Christaller e sua *teoria das localidades centrais*, criada em 1933 a partir da observação empírica da rede urbana da Alemanha meridional, ou a George Kinglsey Zipf e sua criação da *regra da ordem-tamanho* em 1935. Roberto Lobato Correa (CORRÊA, 1989, p. 20) aponta que muitas das ideias sobre a rede urbana e a hierarquização de cidades já estava presentes nas obras do economista franco-irlandês Richard Cantillon (1755), do filósofo saint-simoniano francês Jean Reynaud (1841) e do engenheiro francês Léon Lalanne (1863); como se vê, Élisée Reclus já ultrapassa o *status* de precursor e apresenta uma teoria muito refinada da rede urbana e da hierarquização entre cidades.

Além disso, quando comparada, por exemplo, com a *teoria dos lugares centrais* de Walter Christaller, a teoria da localização e hierarquização urbanas de Reclus mostra-se mais dinâmica, flexível e pragmática. Enquanto o modelo reclusiano de hierarquização urbana funda-se no *desenvolvimento tecnológico*, no *deslocamento humano* (e no alargamento tecnológico do alcance deste deslocamento) e nas *necessidades do trabalho*, o modelo christalleriano está totalmente enraizado no *consumo de bens centrais*<sup>10</sup>; o modelo reclusiano, deste modo, é muito mais útil a um planejamento do espaço urbano feito por trabalhadores em função de suas próprias necessidades que o modelo christalleriano, perfeito para planejar o espaço na perspectiva do Estado e das empresas.

### 3.2.3 O resgate da obra de Reclus

Lançada ao esquecimento por décadas, a obra de Élisée Reclus foi resgatada entre os anos 1960 e 1970 por Yves Lacoste e David Harvey. Atualmente, Federico Ferretti e Phillipe Pelletier esforçam-se mais detidamente para fazer pontes entre a obra de Reclus e temas como colonialismo e estudos pós-coloniais, educação popular e geopolítica.

No Brasil, país objeto de monografia específica de Reclus (RECLUS, 1900), até onde foi possível pesquisar nenhuma obra de Reclus havia sido publicada desde o início do século XX até 1985, quando sai publicada na coleção “Grandes Cientistas Sociais”, da editora Ática, uma coletânea de trechos da obra reclusiana.

Graças ao esforço pioneiro de Plínio Augusto Coelho, que traduz e publica escritos anarquistas desde 1989 através da editora Imaginário, capítulos da obra **L’homme et la terre** estão sendo traduzidos para o português e publicados na forma pequenos livros.

<sup>10</sup> “Há uma conexão definitiva entre o consumo de bens centrais e o desenvolvimento de lugares centrais. O desenvolvimento daqueles lugares centrais cujos habitantes vivem da venda de bens centrais torna-se mais pronunciado se muitos bens centrais forem consumidos que se poucos bens centrais forem consumidos. [...] O consumo dos bens centrais depende da distribuição da população, e especialmente do grau de aglomeração do próprio lugar central. Ademais, o consumo de bens centrais depende primariamente da demanda por mercadorias, que é determinada pela estrutura profissional e social, assim como pela infraestrutura de renda ou riqueza da população. O consumo de diferentes tipos de bens centrais é determinado pela quantidade disponível, pela lei da oferta e da procura e, sobretudo, pelo preço das mercadorias no lugar central. Este preço é determinado por fatores tais como renda, juro, salários e taxas. Além disso, a demanda depende do tamanho e da formação geográfica da região complementar. Estes fatores determinam o alcance da mercadoria; as condições particulares de transporte também desempenham papel importante. Quando determinamos o montante de consumo e a alocação da oferta de bens centrais, de acordo com os fatores mencionados, a questão sobre os tamanhos, locações e número dos lugares centrais pode, ao menos genericamente, ser respondida”. (CHRISTALLER, 1966, p. 27-28)

E o interesse por Reclus já chegou à academia brasileira: entre 6 e 10 de dezembro de 2011 realizou- e, na USP, o colóquio internacional “Élisée Reclus e a geografia do novo mundo”, cujas memórias estão disponíveis na internet (<<https://reclusmundusnovus.wordpress.com/memorias/>>). Tudo isto é plenamente justificado:

Apesar da utilização de metáforas biológicas, o texto de Reclus interessa pela visão dos processos, pela explicação teórica dada para a fundação das cidades, entre outras, como, por exemplo, a indicação de especuladores como agentes do desenvolvimento urbano. (VASCONCELOS, 2012, p. 65)

Em tempos de efervescência das lutas sociais urbanas, a obra de Élisée Reclus – descontado, evidentemente, o evolucionismo quase pueril que a atravessa em dados momentos (RECLUS, 2002) – é extremamente útil para quem projeta o desenvolvimento territorial urbano por fora dos esquemas estatais e empresariais, em conjunto ou a partir dos movimentos sociais.

## 4 Conclusão: atualidade do pensamento anarquista sobre cidades

Em tempos de “crise do pensamento crítico” – que não é outra coisa além da crise do pensamento marxista (SOUZA, 2014, p. 2-4), posto pelos fatos diante de seus próprios limites e pouco capaz de superar a si próprio como orienta seu próprio fundador – o que trazem os anarquistas de relevante para entender a questão urbana hoje?

Com Kropotkin, aprende-se que é impossível conceber qualquer luta social desgarrada do espaço que é seu palco e da história de lutas pregressas pelo uso e produção deste mesmo espaço. Que as cidades foram, desde tempos muito recuados, palco de lutas libertárias que deixaram traços e rastros no tempo e no espaço, capazes de elucidar o conteúdo e o sentido das lutas do presente. Que somente a ação direta dos explorados e oprimidos pode apresentar soluções viáveis e duradouras para a questão urbana.

Com Élisée Reclus, aprende-se que a ação humana sobre o meio circundante, e a influência do meio sobre a ação humana, são fatores determinantes para o desenvolvimento das cidades. Que as cidades e suas relações recíprocas podem ser concebidas de outras formas que não aquelas pautadas pelas necessidades do Estado e das empresas.

E que lições se tira disto?

Em primeiro lugar, a *indissociabilidade entre espaço e política*. A dimensão espacial, para os anarquistas, é tão importante quanto as dimensões social, política, histórica ou econômica, pois é seu substrato. Pensar a história, a política, a economia ou a sociedade sem o espaço, para os anarquistas, é pensar em abstrações dissociadas da realidade – o que, tendo em vista o horizonte político de uma sociedade sem Estado e sem padrões, construída a partir da iniciativa dos trabalhadores auto-organizados, é um perigo.

Em segundo lugar, a *centralidade da cidade e do espaço urbano para as lutas políticas*. A cidade é tida pelos anarquistas como espaço fundamental da democracia, das relações face-a-face, da experiência vivida; não por acaso, propugnam novas formas de política e de produção econômica que emergem do simples ao complexo, do indivíduo à sociedade, do local ao global. Em tempos de globalização corporativa, de sociedade de controle e de império, é um legado importantíssimo.

Em terceiro lugar, a compreensão da *produção do espaço urbano pelas lutas sociais*. Não há um só entre os anarquistas analisados neste artigo que reflita sobre o desenvolvi-

mento das cidades e a produção do espaço urbano fora de um contexto de lutas sociais; pode-se dizer, assim, que para os anarquistas *o espaço é produto das lutas pelo seu uso e produção*.

Em quarto lugar, a *ação direta como método para a solução da questão urbana*. Vivemos um tempo de burocratização de movimentos sociais (PASSA-PALAVRA, 2010) e de progressivo atrelamento de movimentos sociais a políticas governamentais (??).

Um tempo de enredamento dos movimentos de luta por moradia em programas governamentais como o Minha Casa, Minha Vida (MANOLO, 2012; PASSA-PALAVRA, 2014a; PASSA-PALAVRA, 2014b; PASSA-PALAVRA, 2014c).

Um tempo de escolhas difíceis para os movimentos urbanos: manter a autonomia frente ao Estado e às empresas do setor imobiliário e construir as lutas num modelo autogestionário de ação direta, sem resultados fáceis e na contramão do consenso generalizado, ou avançar em conquistas pontuais, mas submetendo-se aos dispositivos políticos, sociais e econômicos de dominação do Estado e das empresas?

O paradigma anarquista de compreensão da questão urbana, se não apresenta soluções diretas e imediatas para estes reptos, problematiza e chacoalha respostas teóricas consolidadas a estes problemas práticos; o desvelar desta *crítica ausente*, aqui, faz-se mais necessária do que nunca.

## Referências

ALSINO, Rodolfo. Evolución y apoyo mutuo: Kropotkin em el contexto de las teorías evolutivas. *Erosión: revista de pensamiento anarquista*, v. 1, n. 1, p. 29–41, jul.-dez. 2012. Citado na página 7.

BALDWIN, Roger N. The story of Kropotkin's life. In: \_\_\_\_\_. *Kropotkin's anarchism: a collection of revolutionary writings*. Mineola: Dover, 1970. Citado na página 6.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991. Citado na página 3.

BOINO, Paul. Plaidoyer por une géographie reclusienne. *Réfractations*, n. 4, mar 1999. Disponível em: <<http://refractions.plusloin.org/spip.php?article349>>. Citado na página 21.

BOOKCHIN, Murray. *Municipalismo libertário*. São Paulo: Imaginário, 1999. Citado na página 2.

CARR, Edward Hallet. *Bakunin*. Milão: Mondadore, 1977. Citado na página 3.

CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004. Citado na página 4.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Nova Jérsei: Prentice-Hall, 1966. Citado na página 21.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. Citado na página 21.

DUNBAR, Gary. Elisée Reclus, geógrafo y anarquista. In: \_\_\_\_\_. *Anarquismo y geografía*. Madrid: Oikos-Tau, 1989. p. 77–90. Citado na página 5.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A sagrada família ou Crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e seus seguidores*. São Paulo: Centauro, 2005. Citado na página 3.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007. Citado na página 3.

FERRETTI, Federico. O fundo Reclus-Perron e a controvérsia franco-brasileira de 1900: um mapa inédito que decidiu as fronteiras do Brasil. *Terra Brasilis (nova série)*, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/744>>. Citado na página 16.

GOODMAN, Paul; GOODMAN, Percival. *Communitas: means of livelihood and ways of life*. 2ª ed.. ed. Nova Iorque: Random House, 1960. Citado na página 2.

GRAEBER, David. *Fragments of anarchist anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm, 2004. Citado na página 4.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Citado na página 5.

HORNER, G M. Kropotkin y la ciudad: el ideal socialista en urbanismo. In: \_\_\_\_\_. *Anarquismo y geografía*. Madrid: Oikos-Tau, 1989. Citado na página 10.

KROPOTKIN, Piotr. *Fields, factories and workshops, or industry combined with agriculture and brain work with manual work*. 2ª ed.. ed. Nova Iorque: G. P. Putnam and Sons, 1901. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 8.

\_\_\_\_\_. *A grande revolução 1789-1793*. Salvador: Progresso, 1955. Citado 4 vezes nas páginas 8, 10, 11 e 12.

\_\_\_\_\_. *O Estado e seu papel histórico*. São Paulo: Imaginário/NU-SOL/Soma, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 8.

\_\_\_\_\_. *A comuna*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2005. 91-100 p. Citado 2 vezes nas páginas 12 e 13.

\_\_\_\_\_. *O espírito de revolta*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2005. 205-223 p. Citado 2 vezes nas páginas 12 e 13.

\_\_\_\_\_. *O governo representativo*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2005. 133-162 p. Citado na página 13.

\_\_\_\_\_. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2005. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 8.

\_\_\_\_\_. *A ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora, 2009. Citado 4 vezes nas páginas 7, 8, 9 e 10.

\_\_\_\_\_. *A conquista do pão*. 2ª ed. rev.. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. Citado 5 vezes nas páginas 7, 8, 13, 14 e 15.

MAHON, Matt. Interview with David Harvey. *The White Review.*, 2014. Disponível em: <<http://www.thewhitereview.org/interviews/interview-with-david-harvey>>. Citado na página 3.

MANOLO. "há muito espaço para crescer"(3ª parte). 01 abr 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/04/54173>>. Citado na página 23.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. Citado na página 3.

MELLO-NETO, Cândido de. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi: de Poggio al Mare à Colônia Cecília*. Ponta Grossa: EdUEPG, 1998. Citado na página 2.

MENEZES, Djacir. *Proudhon, Hegel e a dialética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. Citado na página 3.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Citado na página 7.

OITICICA, José de. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Lisboa: A Batalha, 1976. Citado na página 2.

ONFRAY, Michel. *A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. Citado na página 4.

PASSA-PALAVRA. Entre o fogo e a panela. 22 ago 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/08/27717>>. Citado na página 23.

\_\_\_\_\_. Estado e movimentos sociais. 05 fev 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/02/52448>>. Nenhuma citação no texto.

\_\_\_\_\_. Dilemas da luta por moradia (parte i). *Passa Palavra*, 01 jun 2014. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/06/96027>>. Citado na página 23.

\_\_\_\_\_. Dilemas da luta por moradia (parte ii). *Passa Palavra*, 08 jun 2014. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/06/96027>>. Citado na página 23.

\_\_\_\_\_. Dilemas da luta por moradia (parte iii). *Passa Palavra*, 15 jun 2014. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/06/96027>>. Citado na página 23.

PIRENNE, Henri. *Les villes du Moyen Age: essai d'Histoire économique et sociale*. Bruxelas: Maurice Lamertin, 1927. Citado na página 9.

\_\_\_\_\_. *Histoire économique et sociale du Moyen Age*. 2ª ed. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. Citado na página 9.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das contradições econômicas, ou Filosofia da miséria*. São Paulo: Escala, 2007. Citado na página 3.

RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900. Citado na página 21.

\_\_\_\_\_. *L'homme et la terre*. Paris: Librairie Universelle, 1905. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 18.

\_\_\_\_\_. *L'homme et la terre*. Paris: Librairie Universelle, 1905. Citado na página 18.

\_\_\_\_\_. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Expressão e Arte/Imaginário, 2002. Citado na página 22.

\_\_\_\_\_. *Da ação humana na geografia física/Geografia comparada no espaço e no tempo*. São Paulo: Expressão e Arte/Imaginário, 2010. Citado na página 20.

\_\_\_\_\_. *Renovação de uma cidade/repartição dos homens*. São Paulo: Expressão e Arte/Imaginário, 2010. Citado 3 vezes nas páginas 16, 17 e 18.

SANTILLÁN, Diego Abbad de. *Organismo econômico da revolução: a autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980. Citado na página 2.

SOUZA, José Crisóstomo de. *Ascensão e queda do sujeito no movimento jovem-hegeliano (Hegel, Strauss, Bauer, Feuerbach, Stirner, Marx)*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992. Citado na página 3.

\_\_\_\_\_. *A questão da individualidade: a crítica do humano e do social na polêmica Stirner-Marx*. Campinas: EdUNICAMP, 1993. Citado na página 3.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Uma geografia marginal e sua atualidade: a linhagem libertária. 2014. Disponível em: <<http://territorioautonomo.files.wordpress.com/2010/10/uma-geografia-marginal-e-sua-atualidade2.pdf>>. Citado 3 vezes nas páginas 4, 7 e 22.

STIRNER, Max. *O único e sua propriedade*. Lisboa: Antígona, 2004. Citado na página 3.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Salvador/Ilhéus: EdUFBA/Editus, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 22.

WARD, Colin. *Housing: an anarchist approach*. Londres: Freedom, 1973. Citado na página 2.

\_\_\_\_\_. *Talking houses: ten lectures by Colin Ward*. Londres: Freedom, 1990. Citado na página 2.

\_\_\_\_\_. *Anarchy in action*. Londres: Freedom, 1996. Citado 2 vezes nas páginas 2 e 15.

WARD, Dana. Alchemy in Clarens: Kropotkin and Reclus, 1877-1881. In: \_\_\_\_\_. *New perspectives on anarchism*. Plymouth: Lexington, 2010. p. 209-277. Citado 2 vezes nas páginas 5 e 7.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2ª ed., 2ª reimpr. ed. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2002. Citado na página 9.

WOLFF, Robert Paul. *In defense of anarchism*. Berkeley: University of California Press, 1998. Citado na página 4.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas, vol. 1: a ideia*. 2ª ed. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002. Citado 2 vezes nas páginas 4 e 6.

\_\_\_\_\_. *História das ideias e movimentos anarquistas, vol 2: o movimento*. 2ª. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 4 e 5.